

Das eleições autárquicas e dos eleitos locais em Portugal — Instituições e Conceitos

José Fontes¹
Nuno Terenas²

Sumário: Introdução. *i)* As eleições: os partidos políticos. *ii)* Os eleitores: a capacidade eleitoral. *iii)* O regime de eleição: organização dos círculos eleitorais e sistema eleitoral. *iv)* A organização do processo eleitoral: a apresentação de candidaturas e a lei da paridade. *v)* A campanha eleitoral. *vi)* O apuramento dos resultados e os mandatos. *vii)* Incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos. *viii)* Os limites à renovação de mandatos. Síntese conclusiva. Referências bibliográficas. Legislação. Webgrafia.

Introdução

O tema sobre o qual aqui se reflete foi escolhido dadas a atualidade e a pertinência e por se ter constatado que na sociedade portuguesa existiu uma grande discussão relativamente à suscetibilidade de apresentação de algumas candidaturas a órgãos autárquicos, particularmente relacionada com a problemática relativa à limitação dos mandatos de presidentes de câmara municipal que exerciam funções há já três mandatos e que pretendiam candidatar-se a um novo mandato, em outros municípios, nas eleições autárquicas seguintes de dia 29 de setembro de 2013. Por outro lado, não deixa de ter relevo a importância, nos dias de hoje, do *Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*, depois de ter sido aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

Importa acrescentar, que este artigo tem como suporte, designadamente, a legislação atualizada acerca de toda esta temática (particularmente através dos principais diplomas) bem como alguma jurisprudência já proferida sobre a matéria em análise, sobretudo pelo Tribunal Constitucional português.

Conforme refere Fontes (2010) em Portugal tem existido um défice assinalável de estudos científicos, académicos e técnicos sobre questões eleitorais e, deste modo, este artigo pretende ser mais um contributo importante para o estudo e a reflexão sobre esta(s) temática(s).

i) As eleições: os partidos políticos

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, o nosso País passou a ter um regime democrático baseado designadamente na soberania popular, no pluralismo de ideias, na organização política democrática e participativa, no regime e na garantia de direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos.

Deste modo, com a instituição da democracia pluralista, a eleição passou a ser um instrumento fundamental e essencial, porque permitiu que os cidadãos pudessem, através do voto, eleger, a diferentes níveis, os seus representantes.

¹ Sócio Fundador do Instituto Dom João de Castro. Professor da Universidade Aberta e da Academia Militar. Agregado e Doutor em *Ciências Políticas*. Investigador do Grupo Política e Governo do Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP da Universidade de Lisboa, do CINAMIL/AM e do IPRI/UNL.

² Exerce funções na Câmara Municipal de Almada. Pós-Graduado em *Gestão Autárquica e Modernização: os Novos Desafios do Poder Local*, pela Universidade Aberta. Licenciado em *Psicologia Social e das Organizações*. Frequenta o curso de mestrado em *Relações Interculturais*.

A eleição é assim um ato de intervenção e natureza políticas, que compreende diversas etapas e que assegura a participação cívica por parte dos cidadãos, que através dos diferentes programas eleitorais apresentados, possibilita a *leitura* e a escolha de entre um conjunto de interesses partidários complexos e, por vezes, de difícil conciliação, como se tem manifestado nos casos mais recentes, na falta de consenso entre os partidos com assento parlamentar.

Assim sendo, em Portugal, de acordo com o disposto na Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2008, de 14 de maio, os partidos políticos desempenham um papel decisivo na sociedade portuguesa e na vida da comunidade nacional, uma vez que, exercem uma função político-constitucional, convergem para a livre formação da opinião política, para o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização e exercício do poder político, tendo como base, nomeadamente, o respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política (artigo 1.º), sendo regidos por princípios de organização e gestão democráticas, de participação (artigo 5.º) e por princípios de transparência e de cidadania (artigos 6.º e 7.º).

Importa acrescentar, que qualquer partido político para ser reconhecido e lhe ser atribuída personalidade jurídica deverá realizar a sua inscrição e a mesma ser aceite perante o Tribunal Constitucional (artigo 14.º).

ii) Os eleitores: a capacidade eleitoral

Segundo o disposto na Lei n.º 13/99, de 22 de março (na versão atualmente em vigor), qualquer cidadão deve realizar o recenseamento eleitoral, de modo a poder exercer o direito de sufrágio, aliás como decorre do constitucionalmente consagrado no artigo 49.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Segundo o disposto no artigo 109.º da CRP todos os cidadãos devem participar na tomada das decisões políticas, uma vez que a sua intervenção é um “(...) instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos (...)”.

Assim, por um lado, a capacidade eleitoral pode ser particularmente definida como ativa e passiva. Gozam de capacidade eleitoral ativa, de acordo com o disposto no artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto³, em regra geral, os cidadãos maiores de 18 anos, portugueses ou originários de Estados Membros da União Europeia, “de países de língua oficial portuguesa com residência legal há mais de dois anos quando de igual direito gozem legalmente os cidadãos portugueses no respetivo Estado de origem”; e “outros cidadãos com residência legal em Portugal há mais de três anos desde que nacionais de países que, em condições de reciprocidade, atribuam capacidade eleitoral ativa aos portugueses neles residentes”.

Importa acrescentar, que de acordo com o previsto no artigo 3.º do referido diploma legal, não podem votar os cidadãos interditados por sentença judicial; e os doentes psiquiátricos declarados por junta médica e os cidadãos que estejam privados de direitos políticos por decisão dos tribunais.

Por outro lado, dispõem de capacidade eleitoral passiva na eleição para os órgãos das autarquias locais, nos termos do disposto no artigo 5.º do mesmo diploma legal, “(...)

³ Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de outubro; e Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro; 3/2005, de 29 de agosto; 3/2010, de 15 de dezembro; e 1/2011, de 30 de novembro.

todos os cidadãos portugueses eleitores, os cidadãos eleitores de Estados Membros da União Europeia, quando de igual direito gozem legalmente os cidadãos portugueses no Estado de origem daqueles; os cidadãos eleitores dos países de língua oficial portuguesa com residência em Portugal há mais de quatro anos quando de igual direito gozem legalmente os cidadãos portugueses no respetivo Estado de origem (...)” e “outros cidadãos eleitores com residência legal em Portugal há mais de cinco anos (...)”.

iii) O regime de eleição: organização dos círculos eleitorais e sistema eleitoral

A organização dos círculos eleitorais compreende, para efeitos de eleição dos órgãos autárquicos, o território da autarquia local, o qual constitui um único círculo eleitoral, nos termos do estipulado pelo artigo 10.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, isto é, a área do círculo eleitoral para as eleições das assembleia municipal e câmara municipal é a do concelho e a área do círculo eleitoral para a assembleia de freguesia é a da própria freguesia.

Importa referir que existiam, antes da entrada em vigor do *Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*⁴, 4259 freguesias a que se acrescentavam 308 municípios, sendo todos os círculos plurinominais, isto é, elegiam mais do que um representante.

De acordo com o regime de eleição e conforme o previsto no artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, todos os membros dos órgãos deliberativos e executivos, quer das freguesias, quer dos municípios, são eleitos por sufrágio universal direto e secreto.

Assim sendo, os órgãos representativos das autarquias locais que são designados por sufrágio direto dos cidadãos eleitores são a assembleia de freguesia, de acordo com o previsto no artigo 21.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão revista e atualmente em vigor (nas freguesias com 150 eleitores ou menos, a assembleia de freguesia é substituída por um plenário de cidadãos eleitores); a assembleia municipal (neste caso é constituída por membros eleitos em número superior aos dos presidentes de junta de freguesia, de acordo com o consagrado no artigo 42.º, n.º 1, do referido diploma legal), sendo que, o número de membros eleitos não podem ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal (artigo 42.º, n.º 2) e, por fim, a câmara municipal.

Por outro lado, e de acordo com o disposto no artigo 113.º, n.º 5, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, a conversão dos votos em mandatos realiza-se de acordo com o método da média mais alta de *Hondt* (Fontes, 2010, b, pp. 42 e ss.) isto é, através do princípio da representação proporcional.

iv) A organização do processo eleitoral: a apresentação de candidaturas e a lei da paridade

No que diz respeito à organização do processo eleitoral salienta-se que o dia das eleições para os respetivos órgãos das autarquias locais é marcado com 80 dias de antecedência, sendo que, as eleições devem realizar-se entre os dias 22 de setembro e 14 de outubro do ano em que termina o respetivo mandato, nos termos do disposto no artigo

⁴ Vide Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

15.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e da alínea j) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição.

As candidaturas para as eleições dos órgãos autárquicos são apresentadas junto dos tribunais de comarca, perante o juiz do tribunal cível, até ao 55.º dia anterior à data do respetivo ato eleitoral, de acordo com o estipulado no artigo 20.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

Deste modo, as listas podem ser apresentadas por partidos políticos e respetivas coligações e ainda por grupos de cidadãos eleitores (independentes), sendo que, os mesmos só podem representar uma lista. No entanto, os partidos políticos e as respetivas coligações podem integrar, nas listas respetivas, candidatos independentes de acordo com o estipulado no artigo 16, n.ºs 1 a 4, e 6, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

No âmbito da organização do processo eleitoral, particularmente aquando da apresentação de candidaturas importa fazer referência à dispensa de funções dos candidatos, que de acordo com o estipulado no artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, deve ser realizada nos trinta dias anteriores ao dia das eleições, sendo que têm direito à dispensa de funções, contando o respetivo tempo de ausência para todos os efeitos, quer na retribuição, quer no tempo de serviço efetivo e antiguidade, não sendo possível à entidade patronal recusar o respetivo pedido. Estão abrangidos pelo regime jurídico previsto no disposto naquele artigo todos os candidatos, efetivos e suplentes, (exceto os mandatários), sendo que a dispensa deve permitir e garantir o tempo disponível para promover a mensagem e os programas políticos perante os cidadãos eleitores. Deste modo, de acordo com o previsto nos artigos 48.º e 50.º, n.ºs 1 e 2, da CRP o direito à dispensa do exercício de funções é uma consequência dos direitos constitucionais inerentes à participação na vida pública.

Considera-se este direito à dispensa do exercício de funções “um direito garantido aos candidatos, para que se possam concentrar na atividade da respetiva candidatura” (Baptista, 1997, p. 168).

Acresce que os partidos políticos, as coligações e os grupos de cidadãos eleitores podem nomear um mandatário, que será necessariamente eleitor e deve estar inscrito no círculo eleitoral seguindo a sua designação o processo de apresentação da candidatura, mas este não gozará da referida dispensa, atento o disposto no artigo 22.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

Importa ainda assinalar, de forma genérica, que os candidatos apresentados pelos partidos políticos continuam a ser predominantemente do género masculino como decorre dos dados apresentados relativamente aos mandatos para a Assembleia da República, o que comprova alguma *limitação* à participação feminina.

Segundo Baum e Espírito-Santo (Maciel, 2008) em Portugal a evolução no sentido de uma maior igualdade de género na política tem sido bastante lenta, não correspondendo às conquistas socioeconómicas que as mulheres têm conseguido.

Ora, por exemplo, na Assembleia da República a percentagem de Deputadas do género feminino ao nível das candidaturas é mais elevada em face à sua efetiva eleição.

Presume-se, desde logo, que os partidos políticos contam com o género feminino para a formação das suas listas, mas não para a sua eleição, conforme se verifica no quadro infra relativo ao período entre 1975 a 2011 relativo às últimas eleições legislativas (Maciel, 2008).

Quadro 1 — Mandatos nas eleições para a Assembleia da República (total e por género)

Ano	Mandato		
	Género		
	Total	Masculino	Feminino
1975	250	231	19
1976	263	248	15
1979	250	233	17
1980	250	233	17
1983	250	232	18
1985	250	234	16
1987	250	231	19
1991	230	210	20
1995	230	202	28
1999	230	190	40
2002	230	185	45
2005	230	181	49
2009	230	167	63
2011	230	(R) 169	(R) 61

Fonte: PORDATA (Última atualização: 2012.07.18 11:12:17)

Esta situação ocorre porque todos os partidos políticos, sem exceção, ainda se encontram estruturados internamente de forma *algo discriminatória* a nível de género, o que tem como consequência a dificuldade das mulheres fazerem carreira política no seio dos partidos políticos (Viegas e Faria, 1999; Viegas e Faria, 2001, *in* Maciel, 2008).

Esta situação piora ao nível da administração local, porque apenas 5% dos presidentes de câmara em 2002 eram mulheres (Baum e Espírito-Santo, 2004, *in* Maciel, 2008). Nota-se, no entanto, uma melhoria dado que em resultado das eleições autárquicas de 2013⁵ passaram a existir 23 presidentes de câmaras municipais do género feminino, o que equivale a 7,46% do total.

Pelo que se comprova em Portugal não se tem cumprido substantivamente com o estipulado no artigo 13.º da CRP que refere que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”, bem como no artigo 109.º da CRP quando estipula que “a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental da consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.

Assim para colmatar esta desigualdade foi aprovada a *Lei da Paridade* através da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto, que pretende estabelecer uma representação mínima

⁵ Cfr.:

http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Lista%20de%20Presidentes%20de%20Camara%20Municipal_2013.pdf

de 33,3% de cada um dos sexos, nas eleições para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para os órgãos das Autarquias Locais, atento o disposto no seu artigo 2.º.

De acordo com o estipulado no artigo 2.º, n.º 2, do referido diploma “as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista”, sofrendo assim pelo seu incumprimento, os partidos, as coligações ou os grupos de eleitores, uma diminuição entre 75% a 80% da subvenção pública atribuída para a respetiva campanha eleitoral, de acordo com o disposto no artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto⁶.

Importa referir, no entanto, que a *Lei da Paridade* se revelou ter alguma importância para combater a desigualdade de género. Conforme se pode verificar, no *Quadro 1 — Mandatos nas eleições para a Assembleia da República (total e por género)*, nos anos de 2009 e 2011 existiu um aumento assinalável na participação feminina nos mandatos atribuídos face aos restantes períodos compreendidos entre 1975 e 2005.

v) A campanha eleitoral

Ao falarmos de campanha eleitoral temos obrigatoriamente de nos referir também à propaganda eleitoral. Constatase que a propaganda eleitoral envolve uma atividade que se propõe, de forma direta e indireta, promover candidaturas a determinadas eleições sejam de partidos políticos, de coligações ou de grupos de cidadãos, por intermédio de atividades, tais como: comícios, sessões de esclarecimento, cartazes, panfletos, intervenções via rádio e TV.

Assim sendo, a campanha eleitoral de acordo com o estipulado no artigo 47.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, deverá iniciar-se no 12.º dia anterior à data da realização do ato eleitoral, com término na véspera do referido ato, sendo que, deve reger-se, nomeadamente pelos princípios da liberdade de propaganda, de igualdade de oportunidades, de imparcialidade, e de transparência e fiscalização das contas eleitorais, atento o previsto no artigo 113.º, n.º 3, da CRP.

Importa assinalar que é explicitamente proibido qualquer propaganda eleitoral, quer na véspera do dia do ato eleitoral, quer no próprio dia das eleições, bem como, em edifícios das assembleias de voto até à distância de 50m e na exibição de siglas e autocolantes segundo o previsto no artigo 123.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

vi) O apuramento dos resultados e os mandatos

O apuramento dos resultados de acordo com o estipulado no artigo 128.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, realiza-se através do apuramento local realizado em cada secção de voto no final da votação e através do apuramento geral, o qual é contabilizado somente no 2.º dia após a votação em cada município no qual se apura os resultados finais quer para a assembleia de freguesia, quer para a assembleia e câmara municipais.

No apuramento dos resultados considera-se, de acordo com o estipulado no artigo 132.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que os votos em branco são

⁶ Cfr. o disposto na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, referente ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

correspondentes “a boletim de voto que não contenha qualquer sinal em qualquer quadrado”, sendo que o voto nulo, de acordo com o previsto no artigo 133.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, corresponde a um boletim “no qual tenha sido assinalado mais de um quadrado; no qual haja dúvidas quanto ao quadrado assinalado; no qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma candidatura que tenha sido rejeitada ou desistido das eleições; no qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasuras e por fim no qual tenha sido escrita qualquer palavra”.

Após o apuramento dos resultados é necessário que os mesmos sejam publicados em edital e afixados junto de cada secção de voto, sendo que, os presidentes das mesas das assembleias de voto transmitem à entidade responsável, para esse efeito, o teor constante do respetivo edital. De acordo com o previsto no artigo 136.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, “a entidade a quem é feita a comunicação apura os resultados da eleição na freguesia” que por sua vez os transmite imediatamente às entidades competentes de acordo com o previsto no artigo 136.º, n.º 3, da Lei Orgânica n.º 1/2001 de 14 de agosto.

Importa acrescentar e referir que o apuramento dos resultados é realizado por uma assembleia que opera junto da câmara municipal e que no caso, por exemplo, do Município de Lisboa “podem constituir-se quatro assembleias de apuramento e nos restantes municípios com mais de 200 000 eleitores e podem constituir-se duas assembleias de apuramento (artigo 141.º, n.ºs 2 e 3, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto).

Por fim, e de acordo com disposto no artigo 154.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, nos trinta dias imediatos à receção das atas de todas as assembleias a *Comissão Nacional de Eleições* publica em *Diário da República*, na 1.ª Série, os resultados oficiais por freguesia e por município⁷.

Importa ainda referir que a Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, no artigo 1.º, n.º 2, refere que o período que medeia entre a realização das eleições e a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos é definido como *de gestão limitada* dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares.

Neste âmbito e de acordo com o previsto no artigo n.º 2 da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, os órgãos ficam impossibilitados de deliberar ou de decidir em matérias, particularmente as designadas nas alíneas a) e seguintes, bem como caducam, de acordo com o artigo 3.º, n.º 1, durante o período de gestão, as respetivas delegações de competências.

Por outro lado, a duração dos mandatos dos órgãos autárquicos de acordo com o estipulado no artigo 220.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, é de quatro anos. Importa referir que em caso de dissolução “o órgão autárquico resultante de eleições intercalares completa o mandato do anterior”.

Importa notar igualmente que atento o referido no artigo 225.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, a instalação dos órgãos eleitos compete ao “presidente do órgão deliberativo cessante ou ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora, nos termos da lei” procedendo “à convocação dos candidatos eleitos, para o ato de instalação do órgão, nos cinco dias subsequentes ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais” sendo que,

⁷ Cfr. o disposto no artigo 119.º, n.º 1, alínea i) da CRP.

a devida instalação deve ser realizada até ao 20.º dia posterior ao apuramento absoluto dos resultados, bem como, deve ser realizada a verificação da legitimidade dos eleitos.

Sobre a tutela administrativa refira-se que a mesma é apenas de legalidade e meramente inspetiva. Está prevista no artigo 2.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e “consiste na verificação do cumprimento das leis e regulamentos por parte dos órgãos e dos serviços das autarquias locais e entidades equiparadas”, exercendo-se através de inspeções, inquéritos e sindicâncias de acordo com o seu artigo 3.º, sendo que, os órgãos e os serviços das autarquias locais possuem o dever de prestar as informações necessárias e cooperar nos termos do estipulado no artigo 4.º sendo tutelados pelo Governo nos termos do artigo 5.º e de acordo com o constitucionalmente previsto no artigo 199.º, alínea d).

Contudo, importa referir de acordo com o artigo 7.º da Lei 27/96 de 1 de agosto, qualquer prática, omissão ou ação de ilegalidade ocorrida nas autarquias locais pode determinar a perda de mandato “se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da ação ou omissão deste bem como, podem incorrer em perda de mandato de acordo com o estipulado no artigo 8.º, n.º 1, alíneas a) e seguintes e nos n.ºs 2 e 3 do referido diploma.

Ao nível da dissolução dos órgãos autárquicos (artigo 9.º), os mesmos, podem ser dissolvidos de acordo com o referido nas alíneas a) e seguintes, sendo que, “as decisões de perda do mandato e de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são da competência dos tribunais administrativos de círculo” (artigo 11.º, n.º 1) e interpostas pelo Ministério Público (artigo 11.º, n.º 2).

Por fim, importa salientar que nas situações em que ocorre a dissolução do órgão deliberativo da junta de freguesia ou do órgão executivo da câmara municipal é nomeada, por decreto, uma comissão administrativa, sendo “constituída por três membros, nas freguesias, ou cinco membros, nas câmaras municipais e nas regiões administrativas (artigo 14.º), sendo que “os órgãos executivos mantêm-se em funções até à data da tomada de posse da comissão administrativa” (artigo 14.º).

vii) Incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos

Conforme referem os artigos 1.º e 2.º, da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto⁸ os titulares dos órgãos de soberania e os titulares de cargos políticos são os que estão previstos nas alíneas a) a g) do referido diploma, sendo que, os mesmos devem exercer “as suas funções em regime de exclusividade sem prejuízo do disposto no Estatuto dos Deputados à Assembleia da República” (artigo 4.º, n.º 1), bem como, também é incompatível com o desempenho de funções profissionais remuneradas e não remuneradas, e na inclusão em corpos sociais de entidades colectivas de fins lucrativos (artigos 4.º, n.º 2), excetuando em situações em que as funções desempenhadas sejam por inerência (artigos 4.º, n.º 3).

Acrescenta-se ainda que de acordo com o estipulado no artigo 221.º, n.º 1, e seguintes, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, existe incompatibilidade com o exercício do mandato na área jurisdicional do município o exercício em paralelo de funções

⁸ Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Leis n.ºs 39-B/94, de 27 de dezembro; 28/95, de 18 de agosto; 12/96, de 18 de abril; 42/96, de 31 de agosto; 12/98, de 24 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março; Lei n.º 30/2008, de 10 de julho; e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

autárquicas nos órgãos designadamente, ao nível da câmara municipal, junta de freguesia e assembleia municipal.

Importa salientar, que após cessarem as funções, os titulares dos órgãos de soberania e os titulares de cargos políticos, previstos nas alíneas *a)* a *g)* não podem exercer durante um período de três anos, nenhum cargo em empresas privadas, excetuando se for o caso, na empresa ou atividade onde desempenhou funções antes do cargo (artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto).

Deste modo, os presidentes e os vereadores das câmaras municipais em regime a tempo inteiro, parcial e de permanência podem desempenhar outras funções e atividades desde que informem a assembleia municipal (na primeira reunião do início do mandato) e o respetivo Tribunal Constitucional (artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto).

Assim, os titulares de cargos políticos devem entregar no Tribunal Constitucional num prazo de sessenta dias após a data da tomada de posse uma declaração de ausência de incompatibilidades e de impedimentos, cabendo ao Tribunal Constitucional analisar, fiscalizar e sancionar o legalmente preceituado (artigo 10.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto).

Importa ainda referir-mo-nos, a propósito da temática sobre as incompatibilidades e os impedimentos, ao disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na versão atualmente em vigor), porque conforme refere Veiga (2001, p. 438) “(...) na acumulação de funções públicas a regra geral é a da sua proibição, sendo a exceção composta pela sua permissão. Pelo contrário, na acumulação de funções públicas com privadas, a regra é a da sua permissão, sendo a exceção constituída pelas incompatibilidades”, esta afirmação revela que de acordo com a Lei Fundamental (artigo 269.º n.º 1 e seguintes) e a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (artigo 26.º), os trabalhadores da Administração Pública e os demais agentes do Estado e outras entidades públicas, devem estar exclusivamente ao serviço do interesse público, sendo que não é permitida a acumulação de empregos ou cargos públicos.

Esta norma leva à conclusão que a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, no respetivo artigo 25.º, n.º 1, salienta que a existência de incompatibilidades garante a imparcialidade no exercício de funções públicas.

Importa assinalar que, nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a respetiva autorização para acumulação de funções depende de autorização, bem como a elaboração de um requerimento onde deve constar o horário; o salário que vai receber; a natureza independente ou subordinada do trabalho a desempenhar, bem como o conteúdo funcional; as “razões por que o requerente entende que a acumulação é de manifesto interesse público”; as “razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas” e pelo “compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito”.

Deste modo, e conforme o estipulado no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, é da competência dos dirigentes, sob pena de cessação da comissão de serviço, “verificar a existência de situações de acumulação de funções não autorizadas, bem como fiscalizar a estrita observância das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas”.

viii) Os limites à renovação de mandatos

A Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, no seu artigo 1.º, n.º 1, refere que os presidentes de câmara e os de junta de freguesia, regra geral “só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos”, salvo a exceção quando “tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos o 3.º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo”.

Importa referir que de acordo com o artigo 1.º, n.º 2, do mesmo diploma se estipula que os presidentes de câmara, bem como, os de junta de freguesia, não poderão desempenhar as mesmas “funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido”.

Nos termos do disposto no artigo 1.º, n.º 3, não poderão candidatar-se às eleições seguintes, bem como, nas que se realizem no “quadriénio subsequente à sua renúncia”.

Esta limitação de mandatos revelou enorme discussão, reflexão, análise e controvérsia na sociedade portuguesa, o que provocou diferentes entendimentos jurídicos e políticos. Tal situação levou a que algumas candidaturas se encontrassem suspensas até à tomada de decisão final por parte dos tribunais respetivos, designadamente o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 480/2013, de 5 de setembro (Processo n.º 765/13), proferido pelo Plenário, em que considerou que a limitação de mandatos é apenas e meramente territorial e não respeita à função, ou seja “o limite em causa é territorial, impedindo a eleição do mesmo candidato para um quarto mandato consecutivo na mesma autarquia”.

Síntese conclusiva

Este artigo pretendeu abordar, de uma forma clara e pormenorizada, os temas mais importantes, quer sobre o eleito local, quer sobre a própria eleição autárquica, levando a compreender as principais temáticas e os conceitos mais relevantes.

Em conclusão, este estudo contribui para uma melhor compreensão das principais *instituições* em presença e fornece uma pesquisa alargada acerca dos diplomas legais mais importantes que regem, nomeadamente, a eleição dos órgãos autárquicos, porque assumem grande importância na vida quotidiana, uma vez que asseguram, de uma forma territorialmente descentralizada, todos os principais interesses de cada concelho e de cada cidadão.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Filipe (1997). *Regime Jurídico das Candidaturas*. Edições Cosmos. Livraria Arco-Iris. Lisboa.
- BAUM, Michel e ESPÍRITO-SANTO, Ana (2004). *Desigualdades de Género em Portugal: a participação política das mulheres in* FREIRE, André *et al. Portugal a votos – as eleições legislativas de 2002*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- FONTES, José (2010). *Da função eleitoral dos partidos políticos no direito português e sua natureza político-jurídica*. Eleições: Revista de Assuntos Eleitorais. n.º 13. (Pp.1 – 22).
- (2010). *Teoria Geral do Estado e do Direito*. Coimbra Editora. (b)
- MACIEL, Diana (2008). *Género e Poder Local*. Dissertação de Mestrado em Sociologia — especialidade em *Família e Sociedade*. Julho. ISCTE-IUL. Lisboa.

VIEGAS, José e FARIA, Sérgio (1999). *Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos*. Sociologia – Problemas e Práticas. N.º 30. (Pp. 55 – 87).

——— (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras. Celta Editora.

VEIGA, Moura (2001). *Função Pública*. 1.º volume. 2.ª edição. Coimbra Editora.

Legislação

Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, alterada pelos seguintes diplomas: Leis n.ºs 39-B/94, de 27 de dezembro; 28/95, de 18 de agosto; 12/96, de 18 de abril; 42/96, de 31 de agosto; 12/98, de 24 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março; Lei n.º 30/2008, de 10 de julho; e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro

Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro

Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada pela Lei n.º 3/2002, de 8 de janeiro, pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2005 e 5/2005, de 8 de setembro, pela Lei n.º 47/2008, de 27 de agosto, e corrigida pela Declaração de Retificação n.º 54/2008, de 1 de outubro

Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; Declaração de Retificação n.º 4/2002, de 6 de fevereiro; Declaração de Retificação n.º 9/2002, de 5 de março; Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro; Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro; e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, alterada pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de outubro; e Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro; 3/2005, de 29 de agosto; 3/2010, de 15 de dezembro; e 1/2011, de 30 de novembro

Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2008, de 14 de maio

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto

Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto

Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto

Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril; Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril; Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro; Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro; Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro; Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril.

Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 5-A/2001, de 26 de novembro e pela Lei Orgânica n.º 3/2005, de 29 de agosto

Lei n.º 22/2012, de 30 de maio

Webgrafia

DGAI - Direcção Geral da Administração Interna. “Registo dos Eleitos Locais – Lista dos Presidentes de Câmara 2013”. Disponível em http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Lista%20de%20Presidentes%20de%20Câmara%20Municipal_2013.pdf. Consultado em 12 de janeiro 2014.

Acórdão n.º 480/2013, de 5 de setembro do Tribunal constitucional (Processo n.º 765/13). Disponível em <http://static.publico.pt/docs/politica/acordao480.pdf>. Consultado em 24 de janeiro 2014.